



NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº 04/2024

9 de maio de 2024

Associação dos Inquilinos Lisbonenses repudia propostas da Iniciativa Liberal e do Chega para o sector da habitação

Na passada quarta-feira, dia 8 de Maio, a Assembleia da República, por proposta da Iniciativa Liberal e do Chega, discutiu e votou, rejeitando, um conjunto de propostas sobre o sector da habitação e arrendamento que iriam piorar ainda mais a situação de crise social que as famílias portuguesas vivem no acesso e manutenção da habitação.

Pela calada, a IL, liderando a ofensiva contra os inquilinos, cerca de 15 dias depois das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, apresentou um plano de violento ataque ao direito à habitação, consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases da Habitação, e uma das maiores e essenciais conquistas do povo português.

As medidas que foram propostas acentuavam o pendor ultraliberal nesta área, e que tiveram um grande impulso com a designada Lei Cristas aprovada em 2012. Caso tivessem sido aprovadas, iriam aumentar a instabilidade das famílias; iriam aumentar os despejos; iriam aumentar os preços; iriam acentuar a ausência de regulação e fiscalização; iriam diminuir o apoio do Estado aos inquilinos; iriam reduzir os impostos sobre a propriedade; mas, em contrapartida, iriam aumentar os ganhos dos senhorios e os lucros dos grandes especuladores e agentes imobiliários e do sector da banca e segurador.

O ataque da IL e do Chega ao Estado Social visa a destruição por completo de medidas que foram tomadas nos últimos anos e que garantiam, apesar de muito limitadas, alguns direitos aos inquilinos.

Tal como em 2012, na altura por mão do PSD e do CDS com o respaldo da troika, mas desta vez a IL, que na área da habitação é filha da Lei Cristas,

resolveu propor e tentar desregular completamente e encarecer ainda mais um mercado de arrendamento já de si desacreditado, inseguro, precário, especulativo e extremamente caro, e que atualmente já tem muito poucas regras. No fundo, estas propostas da IL e do Chega o que intentam é a manutenção e o aprofundamento da especulação, da selvajaria, da clandestinidade e da perseguição aos inquilinos que já proliferam no mercado.

Nada foge à fúria insana do radicalismo ultraliberal: nem as medidas que conferem um mínimo de proteção digna a pessoas em condições de maior fragilidade (baixos rendimentos, idosos e portadoras de deficiência) escapam nestas propostas para a sua revogação total.

A abstenção do PSD e do CDS possibilitou o chumbo pelo PS, PCP, BE e Livre destas medidas gravosas, passando para o Governo a responsabilidade de apresentar em breve as medidas que tem previstas para a habitação. Recordamos que a AIL apresentou à Senhora Secretária de Estado da Habitação um conjunto de **25 medidas essenciais e prioritárias** (já oportunamente divulgadas) para combater o flagelo social do acesso à habitação em Portugal que esperamos sejam consideradas nas propostas do Governo e nas medidas que venham a ser aprovadas na Assembleia da República.

Nesta fase da vida política resultante desta maioria de direita na Assembleia da República, este é o primeiro dos cíclicos ataques aos inquilinos. Outros se seguirão.

Afirmamos, como sempre e com toda a clareza, na proteção dos nossos inquilinos, que iremos combater todas as medidas que os prejudiquem e denunciar todos os que se mostrem e estejam ao serviço dos grandes senhorios, dos bancos, dos fundos e agentes imobiliários, em suma, da especulação e da ganância.

Nestes 100 anos de vida da AIL, os inquilinos podem contar com a AIL e a AIL conta com os inquilinos.

A Direção